

Cidadania e produção do conhecimento

José POLICE NETO

Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

O escritor inglês Aldous Huxley escreveu em seu ensaio político *O Admirável Mundo Novo Revisitado* – no qual faz um balanço do quanto o mundo já havia avançado no caminho do cenário de seu famoso livro de ficção – sobre a sua preocupação com o futuro da Política:

Os vendedores da política apelam apenas para a fraqueza dos eleitores, não para a sua força potencial. Não fazem qualquer esforço no sentido de educarem as massas a fim de que estas se preparem para governarem-se a si próprias, contentam-se meramente com a manipulação e a exploração delas.

De 1958, quando o ensaio foi escrito, até hoje esta distância entre “as massas” e o Estado não só se ampliou, como criou tensões graves entre uma técnica de governo, que requer cada vez mais conhecimento e especialização, e um sentimento de frustração da população quanto às “promessas não cumpridas da democracia”. Esta contradição, associada em grande parte ao apelo aos medos mencionado por Huxley e transformado em matéria-prima eleitoral pelos marqueteiros, cria polos extremos de um cientificismo de um lado e de um demagogismo de outro.

Esta oposição entre o cientificismo – “conjunto das superstições que pretendem explorar o legítimo prestígio do método científico”, na definição do filósofo francês Roger Garaudy em *Apelo aos Vivos* – e o populismo – para o qual “toda virtude re-

side no povo autêntico e suas tradições”, na definição clássica de Peter Wills – contribui muito pouco para a solução daquele que talvez venha a ser, ou até já seja, o problema fundamental que a democracia moderna tem de resolver para garantir sua sobrevivência: o equilíbrio entre a esfera política e a dimensão técnica da administração pública.

O cientista político Giovanni Sartori, com sua preocupação em definir claramente os termos e precisar os problemas, apresenta de forma rigorosa e “sem rodeios” o eixo do dilema tal como é visto pelos teóricos da política, no primeiro volume de *A Teoria da Democracia Revisitada*:

Se quisermos democracia teremos de nos contentar com o que ela nos dá. Se, ao contrário, quisermos uma ‘sociedade racional’, preconcebida e bem planejada, teremos de recorrer a especialistas e confiar neles.

O caminho na solução do dilema, não como uma escolha, mas como uma síntese, tem uma primeira chave antes mesmo de existir uma democracia moderna, no pensamento de Spinoza que destacava no *Tratado Político*: “O homem não nasceu para a cidadania, deve ser construído para ela”. Solução também apontada por Huxley quando ele antepõe a exploração publicitária dos anseios da massa ao esforço de prepará-la para autogovernar-se.

Assim é possível pensar em uma situação de equilíbrio – não só no sentido convencional do termo, mas também segundo uma definição teoricamente mais rigorosa de um *Equilíbrio de Nash* – no qual existe por parte do Estado um significativo esforço no sentido de dotar a população do conhecimento necessário para transformar-se de massa em cidadão. Existe por parte deste cidadão uma dedicação à aquisição do conhecimento e à participação consciente no processo de tomada de decisão, e existe por parte dos técnicos uma preocupação em demonstrar as razões motivadoras dos cenários construídos para embasar as alternativas propostas à tomada de decisão.

Este processo não é simples, com certeza, e exige do Estado, da Sociedade e da Academia um esforço no sentido de não apenas reproduzir conhecimento, mas produzir um conhecimento novo, capaz de dar materialidade a esta nova visão dos mecanismos da administração pública, igualmente oposta à tecnocracia e à demagogia.

É uma tarefa grande demais para a revista de estudos aqui apresentada em sua primeira versão. Mas a existência deste veículo é uma grande conquista popular e democrática na medida em que dá um passo, ainda que pequeno, para harmonizar as condições para a Grande Política que merece ser construída.